

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-  
BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA  
ATUAÇÃO DOS GESTORES NA ORGANIZAÇÃO DO  
CURRÍCULO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Cátia Regina da Silva Ferreira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2013**

**ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: UM  
ESTUDO DE CASO ACERCA DA ATUAÇÃO DOS  
GESTORES NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO NOS  
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Cátia Regina da Silva Ferreira**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização  
em Gestão Educacional , da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM,RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Ortiz de Leão**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional**

**A comissão examinadora, abaixo assina, aprova a  
Monografia de Especialização**

**ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E  
AFRICANA: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA ATUAÇÃO DOS  
GESTORES NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO NOS ANOS  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

elaborada por

**Cátia Regina da Silva Ferreira**

Como requisito parcial para obtenção do Grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Débora Ortiz de Leão, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> (UFSM)  
(Presidente/orientadora)**

---

**Dilmar Luiz Lopes, Prof. Dr. (UFSM)**

---

**Simone da Silva Freitas Gallina, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**

---

**Marilene Gabriel Dalla Corte, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> (Suplente)**

**Santa Maria,            abril de 2013.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por iluminar o meu caminho, dar-me saúde, paz de espírito diante das dificuldades que se apresentaram nesta caminhada de estudos.

...mais uma vez à senhora Zelma, por assumir, muitas vezes, os meus deveres enquanto eu estudava, pelos ensinamentos, pelos incentivos quando trabalhei em sua casa e que ajudou a me tornar uma pessoa melhor.

...mais uma vez à senhora Gicelda e ao senhor Iguatemi pelas orientações e apoio, pelo auxílio financeiro para as viagens para concursos e para o deslocamento diário para universidade.

...à senhora Salete, que custeou viagens mensais para Restinga Seca para um curso de aperfeiçoamento o qual contribuiu para ampliar os meus conhecimentos e também para a escrita deste trabalho, por me emprestar o seu computador para a escrita dessa monografia.

...ao meu pai (*in memoriam*) e a minha mãe, que soube entender a minha constante ausência.

...a minha irmã Jucineide, por assumir a responsabilidade de dar assistência a minha mãe e ao meu irmão Daniel.

...à professora Isabel Cristina Röesch, embora ocupada com suas atividades acadêmicas se dispôs a orientar o meu projeto de seleção para a Especialização em Gestão Educacional.

...à professora Débora Ortiz de Leão, que aceitou orientar essa pesquisa.

...aos colegas da turma de 2011 do curso de especialização em Gestão Educacional pelas trocas de experiências e pelas aprendizagens, pela solidariedade nos momentos de incerteza do curso.

...às gestoras, que mesmo sobrecarregadas de trabalho não se negaram a participar desta pesquisa.

... aos professores Dilmar, Simone e Marilene por participar da banca examinadora. Por fim, agradeço aos demais familiares, amigos e aos professores do curso de Gestão Educacional pelos incentivos que recebi em mais esta caminhada

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação  
Especialização Stricto-Sensu em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA ATUAÇÃO DOS GESTORES NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

AUTORA: CATIA REGINA DA SILVA FERREIRA  
ORIENTADORA: DÉBORA ORTIZ DE LEÃO

Santa Maria, de abril de 2013.

Neste trabalho de pesquisa, a proposta foi investigar o papel dos gestores (coordenadores) na organização curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em relação à Lei nº 10639/03, que se refere ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Participaram da investigação duas gestoras da área pedagógica que atuam na rede municipal de ensino da cidade de São Leopoldo-RS. Na pesquisa empregou-se uma abordagem qualitativa com técnicas de estudo bibliográfico, sendo utilizado o estudo de caso o método e a entrevista semiestruturada para a coleta de informações. A problemática do estudo consistiu em conhecer o papel dos gestores na implementação do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar. Com base na questão de pesquisa pensou-se o objetivo geral que foi investigar a atuação de gestores (coordenadores) na organização curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em relação à Lei 10639/03, que regulamenta o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Além desse, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: analisar o conteúdo das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e o conhecimento do mesmo por parte dos gestores; identificar as dificuldades dos gestores em articular aos processos curriculares conteúdos sobre a temática afro-brasileira no currículo dos Anos iniciais do Ensino Fundamental; discutir com os gestores as possibilidades de organização do currículo no que se refere a essas Leis. Neste trabalho, além do estudo da legislação, contemplou-se o currículo, a nova gestão e o funcionamento da organização do trabalho dos gestores. Diante do estudo realizado, percebeu-se que os movimentos por parte das gestoras, para a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar continuam tímidos. Embora ocorram algumas ações, estas são pensadas à parte do currículo formal e contam apenas com o empenho particular de alguns professores. Sendo assim, é necessário que os gestores façam interpretações mais aprofundadas de textos legais que complementam essa temática, a fim de mobilizar professores e comunidade escolar em geral, para o cumprimento da Lei nº 10.639/03.

**Palavras-chave:** Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Currículo. Gestão Escolar.

## **ABSTRACT**

Monograph Specialization  
Postgraduate Course  
Specialization-Sensu stricto in Education Management  
Universidade Federal de Santa Maria

### **TEACHING HISTORY AND CULTURE AND AFRICAN AFRO-BRAZILIAN: A CASE STUDY ON THE PERFORMANCE OF MANAGERS IN THE ORGANIZATION OF THE CURRICULUM IN THE EARLY YEARS ELEMENTARY EDUCATION**

AUTHOR: CATIA REGINA DA SILVA FERREIRA  
ADVISOR: DÉBORA ORTIZ DE LEÃO  
Santa Maria, April 2013.

In this research paper, the proposal was to investigate the role of managers (coordinators) in the curriculum in the first years of elementary school, in relation to Law No. 10639/03, which refers to the teaching of History and Afro-Brazilian and African. Participated in the research area of two teaching managers who work in municipal schools in São Leopoldo-RS. In the research we used a qualitative approach with techniques of bibliographical study, which used the case study method and semi-structured interviews to collect information. The problem of the study was to understand the role of managers in the implementation of the Teaching of History and Afro-Brazilian culture in the school curriculum. Based on the research question it was thought that the overall goal was to investigate the role of managers (coordinators) in the curriculum in the first years of elementary school in relation to Law 10639/03, which regulates the teaching of History and Afro-Brazilian Culture and African. Besides this, set the following specific goals: to analyze the contents of Laws No. 10.639/03 and 11.645/08 and no knowledge of it by managers, managers identify difficulties in articulating the processes curricular content on the theme african - Brazilian in the curriculum of Years of Elementary School; discuss with management the possibilities of organizing the curriculum in relation to these laws. In this work, besides the study of law, looked up the curriculum, the new administration and functioning of the organization of work of managers. Before the study, it was noticed that the movements on the part of management, to include the teaching of History and Afro-Brazilian culture in the school curriculum still shy. Although there are some actions, these are thought to part of the formal curriculum and rely only on the particular commitment of some teachers. Therefore, it is necessary for managers to do more in-depth interpretations of legal texts that complement this theme in order to mobilize teachers and the school community in general, for the fulfillment of the Law No. 10.639/03.

**Keywords:** Teaching of History and Afro-Brazilian Culture. Curriculum. School Management.

## LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Termo de Confidencialidade.....	38
Anexo B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido .....	39
Anexo C – Instrumento de Pesquisa .....	41

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1 REVISITANDO ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS: A MATRIZ AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A GESTÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR</b> .....	11
1.1 A atuação do Movimento Negro no cenário político e social.....	12
1.2 Os antecedentes e precedentes da Lei Federal nº 10.639/03 .....	14
1.3 A concepção de currículo e as implicações da Lei nº 10.639/03.....	16
<b>2 A GESTÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO E A ATRIBUIÇÃO DOS GESTORES</b> .....	20
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	23
3.1 Contextualização das escolas.....	24
3.2 Sujeitos participantes da pesquisa.....	25
<b>4 ANÁLISES E DISCUSSÕES</b> .....	27
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34
<b>ANEXOS</b> .....	37



## INTRODUÇÃO

Inicia-se este trabalho por meio de uma breve apresentação sobre a formação inicial e continuada da pesquisadora e a relevância deste estudo. A partir da licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), habilitou-se para atuar nas etapas da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Durante esse percurso de formação inicial observou-se uma ausência de discussões e conteúdos sobre a temática das relações étnico-raciais, especialmente sobre a História e Cultura Afro-Brasileira. Além disso, verificaram-se também poucos trabalhos na área das licenciaturas em geral.

Como temática de trabalho final de graduação, optou-se por desenvolver a pesquisa sobre o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana na Etapa de Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Posteriormente, ao retomar esse tema neste trabalho final, percebeu-se que algumas lacunas ficaram em aberto. Nesse período, priorizou-se o paradigma qualitativo por entender que a interação entre pesquisador e a temática de pesquisa não se encerra num primeiro momento. Pois, a pesquisa qualitativa oferece diferentes possibilidades de o pesquisador explorar o mesmo tema já anteriormente investigado, sob diferentes olhares.

Ao dar início à formação continuada, buscou-se o curso de Especialização em Gestão Educacional para ampliar a formação inicial, especialmente, na área da gestão educacional a fim de melhorar a prática educativa no cotidiano escolar. Além disso, as dúvidas provenientes dessa área da educação e das políticas públicas impulsionaram também a dar continuidade da formação. Entende-se que o processo de ensino é complexo e dinâmico, exigindo dos professores formação para fazer frente aos desafios da sociedade atual. Nesse contexto, os professores e gestores devem compreender o funcionamento da escola como um todo e, também, a realidade externa à escola.

Na sociedade atual, assuntos relacionados à cultura, diversidade, gênero, raça, entre outros, requerem maior atenção, especialmente no âmbito escolar. Desse modo, a atuação dos gestores torna-se imprescindível por 'provocar', tensos e intensos, debates sobre essas questões. Entende-se que são os

encaminhamentos dessas discussões que poderão estar presentes no currículo, no que concerne à abertura maior sobre temas referentes às diferentes culturas presentes no espaço escolar.

A escola é um lugar onde diferentes culturas se fazem presentes. Porém, percebe-se, ainda, que nas escolas e, em seus currículos, predominam temáticas oriundas de uma mesma cultura, que estão vinculadas aos chamados conteúdos formais e, particularmente, identificadas com a classe dominante. Observando-se por outro ângulo, detecta-se uma cultura popular camuflada nas práticas pedagógico-curriculares no interior das escolas, o que requer um olhar mais atento sobre a cultura dos alunos, evitando a homogeneização dos alunos e de sua cultura.

Trabalhar as culturas no espaço escolar possibilita aos alunos de diferentes grupos étnicos (re)conhecerem a sua própria história e cultura. Além disso, possibilita que haja um intercâmbio entre essas culturas. Para que este intercâmbio de culturas aconteça, há necessidade de articular os conteúdos formais aos conteúdos que tratam da história e cultura afro-brasileira e indígena, desconstruindo, assim, a ideia de um currículo exclusivamente monocultural.

Na perspectiva da gestão democrática, a cultura dos diferentes grupos étnicos (indígena, afro-brasileiro e europeu), exige por parte das escolas e seus gestores um tratamento democrático, promovendo, assim, a justiça curricular. Os gestores, ao articular conhecimentos científicos e a temática afro-brasileira estarão rompendo um imaginário conservador sobre o currículo que supervaloriza a cultura hegemônica em detrimento da cultura dos diferentes grupos étnicos.

A presença da temática afro-brasileira no currículo escolar reflete as mobilizações e constante militância do Movimento Social Negro que foi determinante para o conjunto de ações afirmativas. Dentro dessas políticas destaca-se a lei nº 10639/03 que institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica.

Nesse sentido, o curso de Gestão Educacional possibilitou que se tivesse conhecimento aprofundado sobre funcionamento das políticas públicas no contexto educacional brasileiro. Desta forma, surge o interesse em investigar o papel dos gestores (coordenadores) na organização curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no que se refere às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que regulamentam o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A presente investigação está organizada em três capítulos, que mantêm uma interlocução entre si. O primeiro capítulo é o referencial teórico onde é apresentado o contexto histórico da Lei nº 10.639/03, a luta dos negros pela liberdade diante da opressão do período escravista, os contínuos movimentos desse segmento para reivindicar direitos, o reconhecimento e valorização da cultura e o modo como os coletivos mais organizados passam ter evidência em diversos espaços sociais. Ainda nesse capítulo, é referenciado o currículo, as definições, as teorizações sobre esse campo e a relação entre as diferentes culturas, em especial, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Na sequência, aborda-se a gestão educacional, a gestão escolar e o papel dos gestores na articulação da temática afro-brasileira no currículo. Na segunda seção apresentam-se os caminhos investigativos e o desenvolvimento da pesquisa. E, por fim, na terceira e última seção sistematizam-se os resultados e as considerações finais acerca desse estudo.

## **1 REVISITANDO ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS: A MATRIZ AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A GESTÃO DO CURRÍCULO**

O Brasil é um país cujo povo originou-se basicamente das matrizes culturais indígena, africana e europeia. Porém, a sociedade brasileira, historicamente, ignorou a contribuição cultural de índios e negros na construção da sociedade. A trajetória de luta dos negros escravizados e dos seus descendentes apresenta três momentos distintos: o primeiro foi de luta pela liberdade, se adentrando ao período republicano, perpassando diferentes organizações políticas do Estado; o segundo momento foi o de mobilizações pelo reconhecimento da cultura negra na sociedade, ou seja, uma luta de “caráter identitário”; o terceiro momento passa a ter um caráter político (GOMES, 2011).

No período escravista os negros, em pequenos ou grandes grupos, se mobilizavam para enfrentar a opressão a qual eram submetidos. Muitos negros nem sempre obtiveram sucesso nas lutas empreendidas. Outros, no entanto, se organizaram em redutos denominados quilombos, que não serviam somente para resistência armada, mas para viverem de forma livre e expressarem sua cultura sem serem cerceados pelos senhores.

Após a abolição da escravatura, aos negros foram negados o direito à terra, à moradia, ao emprego e à educação, entre outros, colocando-os à margem da sociedade. Diante dessa situação vivida pelos negros, os mesmos continuavam suas lutas na busca por direitos a fim de resgatar sua dignidade, uma vez que o Estado e a sociedade persistiam em lhes negar.

No início do século XX os negros passaram a se organizar em associações em diferentes regiões do país para divulgar os acontecimentos para as comunidades negras. De acordo com Santos (2012, p. 4):

A imprensa negra começou sua atividade em 1920, dando notícias sociais sobre a comunidade. Nomes de jornais como Menelik, Alfinete e Clarim fazem parte da história do negro no Brasil. Outra organização importante foi a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, com cerca de 400 membros, inicialmente instalada em São Paulo, depois surgiu em outros estados. [...] As escolas de samba também tiveram um papel de destaques, pois foram considerados centros que congregam negros, proporcionando um espaço de sociabilidade.

Percebe-se que esses coletivos utilizavam diferentes formas de comunicação para dar visibilidade às suas reivindicações e também para preservar a sua história e cultura. Outra finalidade das distintas linguagens da comunicação desses movimentos era divulgar as ações e ampliar o número de participantes, no sentido de tornar os coletivos mais coesos na militância. Os desdobramentos dessas associações foram determinantes para consolidação do Movimento Social Negro. O grupo composto por defensores da causa e por intelectuais passou a representar ativamente a população negra no cenário político social brasileiro. Este coletivo, em relação às associações negras que o precederam, apresenta um diferencial que é o caráter intelectual que o reveste, pois vários participantes desenvolveram estudos sobre as relações étnico-raciais com fundamentação teórico-metodológicos.

Essa foi uma das estratégias adotadas pelos integrantes do coletivo para mostrar às autoridades políticas e à sociedade, a situação desfavorável na qual a população negra se encontrava. Nesse sentido, evidenciou-se que as ações do movimento negro não buscava somente reforçar as reivindicações, mas convocar o governo para o debate, problematizando e propondo ações que visassem à melhoria das condições socioeconômicas desse segmento populacional, que foi colocado à margem da sociedade, devido ao seu pertencimento étnico-racial.

### **1.1 A atuação do movimento negro no cenário político e social**

No Brasil, o pertencimento étnico-racial é fator condicionante para ascender ou permanecer na base da pirâmide social, que se constituiu por um grande contingente de negros. O Movimento Negro reivindica que a questão racial deveria ser compreendida como uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais, econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social (GOMES, 2011). Sendo assim, a hierarquia social além de colocar o indivíduo negro em situação de inferioridade reforçava as relações de poder existentes entre negros e brancos.

Esta situação recorrente da população negra levou o Movimento Negro a cobrar enfaticamente do Estado brasileiro medidas de combate ao racismo que é um fator estruturante das relações de poder. A omissão do Estado brasileiro para

formular políticas públicas positivas em diversas áreas sociais continuava a penalizar a população negra mesmo o movimento negro atuando nos bastidores. Com o passar do tempo direcionou suas ações mais para área de educação. Segundo Gomes (2010, p. 04) “a educação seria a bandeira de luta do movimento negro”. Entende-se que esse campo seria o caminho mais viável para que crianças, adolescentes, jovens e adultos negros ascendessem socialmente para superar as desigualdades socioeconômicas.

O movimento negro, ao participar de eventos de grande relevância nacional, debateu e encaminhou, na presença de outros coletivos, questões de interesse de todos os brasileiros, e questões próprias dessa organização civil como criação de políticas para o segmento negro na área educacional. Os encaminhamentos das organizações sociais nem sempre foram considerados pelo executivo devido aos interesses ideológicos e políticos.

Essa situação revelou uma relação tensa entre o Movimento Negro e o Governo, por conta da indiferença diante das pressões para que fossem atendidas as questões anteriormente colocadas em pauta por esse coletivo. Após longo período de embates políticos travados entre o Movimento Social Negro e o Estado brasileiro foram criadas e implementadas compulsoriamente um conjunto de políticas públicas na área da educação voltadas para o segmento negro denominado Ações Afirmativas.

Algumas dessas políticas educacionais foram sendo desenvolvidas parcial e aleatoriamente nas instituições de ensino superior como a implementação das cotas raciais<sup>1</sup>, provocando acalorados debates sobre o assunto. Outra política oriunda das ações afirmativas foi a Lei nº 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Sendo assim, considera-se que essas entre outras ações foram conquistas do movimento negro, voltadas para a população negra que gradativamente buscaram o resgate de sua autoestima.

---

<sup>1</sup> As cotas raciais reservava um percentual de vagas dos cursos das universidades a população negra jovem e adulta que foram privados de ter acesso ao ensino superior devido à condição econômica social.

## 1.2 Os antecedentes e precedentes da Lei Federal nº 10.639/03

A Lei Federal nº 10.639 regulamentada em 2003 tem por objetivo reconhecer e valorizar as contribuições dos negros para sociedade através da história e cultura afro-brasileira. Busca também afirmar identidades de estudantes negros inseridos na escola. Para elucidar os processos de luta do movimento negro e alguns expoentes da política brasileira em torno da história e cultura afro-brasileira, Santos (2012, p. 4) apresenta um breve histórico de eventos em nível regional (Brasil) e mundial, que antecederam à aprovação da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003):

[...] desde a década de 1970 o movimento negro, luta para incluir a história do negro no currículo escolar. O projeto de Lei nº 18 de 1995 de autoria da senadora Benedita da Silva propunha a inclusão de História da África nos três níveis de ensino. Conferencia Mundial contra Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e as formas conexas de intolerância (África do Sul, Durban) onde uma das propostas defendidas e aceitas pelo governo brasileiro foi a de se introduzir no currículo escolar a disciplina História Geral da África e do Negro no Brasil.

A Declaração de Durban e as pressões do Movimento Negro foram decisivas para que o governo brasileiro promulgasse a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) oriunda do Projeto de Lei nº 259/1999<sup>2</sup> (BRASIL, 1999).

Destaca-se também que antes da referida Lei ser regulamentada, alguns entes federados dentre estes o estado da Bahia, os municípios de Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS) entre outros, contemplaram nas suas respectivas legislações a inclusão no currículo escolar de seus sistemas de ensino a cultura afro-brasileira. O artigo 275, inciso IV, da Constituição Estadual da Bahia (BAHIA, 1989) explicita que:

Art. 275 - É dever do Estado preservar e garantir a integridade, a respeitabilidade e a permanência dos valores da religião afro-brasileira e especialmente: IV- promover a adequação dos programas de ensino das disciplinas de geografia, história, comunicação e expressão, estudos sociais e educação artística à realidade histórica afro-brasileira, nos estabelecimentos estaduais de 1º, 2º, 3º graus.

---

<sup>2</sup> Esse projeto foi de autoria dos Deputados Federais Benhur Pereira e Esther Grossi.

Contemplar a cultura matriz africana na legislação estadual se justifica pelo simples fato de que o estado da Bahia tem o maior contingente populacional de negros no Brasil. O artigo 275 e o respectivo inciso revelam um caráter amplo e aprofundado nas proposições apresentadas em relação ao conteúdo da Lei nº 10.639/03. Observou-se que o inciso IV diferentemente do inciso II do art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) contemplou a história e a cultura afro-brasileira nos componentes curriculares de geografia, língua portuguesa e estudos sociais. Evidencia-se que o tratamento da temática nas instituições de ensino requer contextualização das discussões da temática afro-brasileira, para que não aconteça desprovida de significado. Outro ponto relevante apresentado no inciso IV em relação à Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) é a abordagem desse assunto nos níveis básico e superior de seu sistema de ensino. Transpondo para a realidade nacional, compreende-se que a aproximação entre os diferentes níveis de ensino possibilitaria intercâmbio entre os níveis, contribuindo significativamente para minimizar as resistências sobre o tema nesses espaços.

Após a vigência da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), foram editadas legislações complementares como, por exemplo, o Parecer CNE/CP nº 001/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCN's). Esse documento oficial tem por finalidade orientar as ações de gestores das secretarias de educação (estadual e municipal) no cumprimento da lei. Para tanto, estes devem disponibilizar para as escolas recursos materiais e infraestrutura. Nesse sentido, o conteúdo do texto legal esclarece que a referida diretriz: “[...] se constituem de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação para as Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (BRASIL, 2004).

Considera-se que, essas orientações são subsídios que auxiliarão os professores em sua prática, na abordagem do tema das relações e étnico raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, vindo ao encontro da Resolução CNE/CP nº 001/2004 (BRASIL, 2004).

Outro documento legal editado posteriormente à implementação da Lei nº 10.639/03 foi o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e



Cultura Afro-Brasileira e Africana. Um diferencial dessa legislação foi a inclusão da História e Cultura Indígena. O conteúdo dessa legislação delega às instâncias (superiores e subordinadas), sistemas de ensino e também aos níveis e as modalidades de atribuições sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), sendo reeditada sob o nº 11.645 em 2008 (MEC, 2008).

No que se refere a este plano, o Ministério da Educação (MEC) explicita que um dos objetivos é “sistematizar essas orientações, focalizando competência e responsabilidades dos sistemas de ensino, instituições educacionais, níveis e modalidade” (BRASIL, 2008, p. 10). Por ser um documento mais amplo que as Diretrizes para as relações étnico-raciais que foi editada em 2004, esse Plano revisa e amplia as orientações a fim de que a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) possa se efetivar. Nesse sentido, o plano para relações étnico-raciais é de caráter técnico e pedagógico. A compreensão dos textos legais acerca da referida legislação será determinante para a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial como está expresso no conteúdo da Lei.

### **1.3 A concepção de currículo e as implicações da Lei nº 10.639/03**

Pretende-se apresentar nesse subcapítulo algumas discussões sobre o currículo escolar, as relações se estabelecem entre às teorizações do currículo e as diferentes culturas. Por fim, apresenta-se a implementação da Lei nº 10.639/03 nesse campo.

O currículo é um termo que apresenta conceitos distintos conforme a finalidade a qual se emprega. Na escola, o currículo é um elemento indispensável à prática pedagógica e aos processos de ensino-aprendizagem, que tem como fim último a construção dos conhecimentos escolares. Segundo Moreira (2011, p.19): “[...] é por intermédio do currículo que as ‘coisas’ acontecem na escola”. O currículo é um campo que orienta e operacionaliza as ações no cotidiano escolar.

Nesse sentido, o currículo mobiliza diferentes saberes e fazeres, além de nortear a ação pedagógica na escola. No currículo, estão subjacentes questões epistemológicas, filosóficas, históricas e sociológicas. Além disso, a organização e

ações desse campo requerem envolvimento de todos os professores no sentido de adequar conteúdos e objetivos da população atendida.

Com a universalização do acesso ao ensino público no Brasil, a escola passou a receber alunos de diferentes origens étnicas o quais são herdeiros de uma cultura transmitida de geração a geração. Entretanto, observa-se que algumas escolas tiveram dificuldade em trabalhar com esse repertório de culturas especialmente a cultura afro-brasileira e indígena. A ausência de um olhar mais acurado levou os professores a homogeneizar essas culturas, subsumindo-as diante da cultura oficial. Nesse sentido, Moreira e Candau (2003, p.161) esclarecem que: “A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização”. Percebe-se nas palavras dos autores que a escola continua indiferente às questões socioculturais do novo século, como as questões da pluralidade cultural, orientação sexual entre outros. Sendo assim, evidencia-se que a escola do currículo continua assentada ao paradigma da modernidade.

Na história da educação, a tendência tradicional de ensino e o currículo consideraram como Cultura o conjunto de produções artísticas, filosóficas e intelectuais construídas ao longo do tempo pelos povos europeus. Para Moreira e Tadeu Silva (2011, p. 35) [...] “a visão tradicional da relação entre cultura e educação-curriculo não vê o campo cultural como um terreno contestado”. A escola ao reproduzir e transmitir cultura hegemônica através do currículo tem como objetivo padronizar modos de ser e viver dos sujeitos independentes das suas origens étnicas.

Sobre a teorização crítica Moreira e Tadeu (2011, p. 35) esclarecem que:

O currículo pode ser movimentado por intenções oficiais de transmissão de uma cultura oficial, mas o resultado nunca será o intencionado porque, precisamente essa transmissão se dá em um contexto cultural de significação ativa dos materiais recebidos.

Nesse sentido, compreende-se que a transmissão da cultura por meio do currículo não acontece de forma desinteressada, pois, para os diferentes contextos socioculturais, a cultura oficial é compreendida de uma forma, produzindo significados distintos, ou seja, a favor ou contra os interesses da classe dirigente e a classe subalterna. Nesse sentido, o currículo tornou-se um espaço de disputa política e ideológica, pois a finalidade dessa luta é a manutenção ou superação das

relações de poder que ocorre nas hierarquias de classe. Por fim, a visão crítica do currículo, assim como, a tendência tradicional desse campo reproduz e veicula a cultura hegemônica, a cultura das minorias étnicas em ambas as teorizações foram desconsideradas.

No final do século XX e início do século XXI, surge o fenômeno que impele às sociedades novas formas de organização econômica, política e social que alguns teóricos denominariam de pós-modernidade. Nesta nova era alguns intelectuais se ocuparam em desenvolver pesquisas na busca de respostas para explicar os fenômenos sociais dos novos tempos. Outros pesquisadores, da área educacional, passaram a realizar suas investigações e, partir destas, elaborar suas teorias para também explicar a complexidade dos tempos atuais que afeta também a educação.

A concepção pós-crítica surge para explicar e problematizar questões antes ignoradas pela educação e o currículo. Pois, assuntos como a diversidade cultural, gênero, raça-etnia, sexualidade, entre outros, passam a ser objeto de investigação empírica dos pesquisadores desse campo e outras áreas das ciências humanas.

No cenário educacional brasileiro um dos primeiros documentos a contemplar essas questões foram os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs), como temas transversais. O referido documento [...] “trata dessas questões, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira” [...] (1997, p.13). Nesse sentido, considera-se um avanço na educação brasileira, pois até a edição desses parâmetros diversas culturas existentes no Brasil não eram contempladas em documentos oficiais.

Ressalta-se que os Parâmetros Curriculares Pluralidade Cultural está voltado nos conteúdos, não oferecendo novas proposições para abordagem do tema em sala de aula. Além disso, esses parâmetros retira de foco a questão racial. A esse respeito, Gomes (2011, p. 6) destaca que:

[...] os PCNs têm forte apelo conteudista, o que pressupõe a crença de que a inserção de ‘temas sociais’ transversalizando o currículo seria suficiente para introduzir pedagogicamente questões que dizem respeito a posicionamentos políticos, ideologia, preconceitos, discriminação, racismo e tocam diretamente na subjetividade e no imaginário social e pedagógico.

Dessa forma, entende-se que as culturas ao serem transversalizadas no currículo, por meio de “temas sociais”, além de subsumir as questões étnico-raciais

não induzem às mudanças de posicionamento necessárias para a discussão e reflexão do assunto.

Salienta-se que antes de a aprovação da Lei nº 10.639/03, o artigo 26 da LDBEN<sup>3</sup>, Lei nº 9.394/96, já fazia referência à cultura. Porém, percebeu-se que o conteúdo do referido artigo não especificava qual (ais) cultura (as), evidenciando um caráter genérico da Lei sobre o tema.

A aprovação da Lei 10.639/03 alterou o art. 26 da LDBEN (BRASIL, 1996), acrescentando um tópico específico sobre a História e Cultura Afro-brasileira. Nesse sentido, o artigo 26-A da LDB estabelece que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 1996). Destaca-se a importância da colaboração do movimento negro nessa conquista em prol da população negra.

Historicamente, a educação brasileira por não contemplar a História e Cultura Afro-Brasileira vinha na contramão da valorização e também da afirmação da identidade dos estudantes negros presentes na escola. Ao reproduzir a cultura dominante o currículo, por meio dos conteúdos formais, tornou-se um dispositivo de seleção e exclusão de muitos alunos. Especialmente, aqueles pertencentes ao segmento negro, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais e raciais.

A presença do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo confrontará a História construída pela visão dos conquistadores europeus, os quais por meio da coerção aculturavam os povos nativos para exercer e manter a dominação e para explorar as riquezas existentes nessas terras.

O inciso I, do artigo 26-A, da LDBEN, Lei nº 9.394/96, apresenta o seguinte conteúdo programático (BRASIL, 1996):

1º - O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

---

<sup>3</sup> Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

Analisando-se o inciso I, observa-se que os conteúdos relativos ao ensino da história e cultura afro-brasileira vão para além da simples inclusão desinteressada no currículo. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira, antes de serem contemplados no currículo, requerem que os gestores e professores façam uma releitura da dinâmica étnico-cultural, fazendo uma interlocução com os textos legais e outros referenciais teóricos, a fim de que os mesmos compreendam os propósitos da Lei nº 10.639/03 e para que esta se efetive na prática.

## **2 A GESTÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO E A ATRIBUIÇÃO DOS GESTORES**

A globalização e o neoliberalismo, sem dúvida, são marcas de nosso tempo. Transformações decorrentes desses fenômenos alteraram significativamente a dinâmica econômica, política e social da sociedade. As mudanças ocasionadas pela globalização e pelo neoliberalismo, conseqüentemente interferiram na educação e na organização da administração do ensino.

No Brasil, as reformas praticadas pelo Estado e suas instituições, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1997; 1998-2002), tiveram como finalidade modernizar e racionalizar, para tornar a máquina pública mais eficiente. Na área educacional, as reformas resultaram na descentralização para que a gestão do ensino fosse eficaz e eficiente. Além disso, a descentralização do ensino repassou responsabilidades para que os estados e municípios gerissem e elaborassem uma legislação específica e desenvolvessem as ações para seu contexto, sem desconsiderar a legislação oficial das instâncias superiores de ensino.

Nesse novo contexto social e educacional, o termo administração vai sendo gradativamente substituído pela gestão. Sobre essa nova terminologia do campo educacional Lück (2011, p. 34) apresenta a seguinte definição:

O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com as suas partes e destas entre si de modo a promover maior efetividade de conjunto (MORIN, 1985; CAPRA, 1993). A gestão, pois aparece como superação das limitações do conceito de administração [...].

Essa nova terminologia surgiu tendo por finalidade superar a lógica organizacional dos modos de produção taylorista e tendo como princípios: a setorização, funcionalismo, burocracia da empresa, assim como na escola. Além disso, a gestão na sociedade globalizada e neoliberal se configura como uma prática mais dinâmica de gerenciamento das instituições, preservando as características da racionalidade, eficiência e eficácia.

Sobre a gestão educacional Lück (2001, p. 25) apresenta a seguinte explicação:

[...] quando se fala em gestão educacional, faz-se referência à gestão em âmbito macro, a partir dos órgãos superiores de ensino, e em âmbito micro a partir das escolas. A expressão gestão educacional abrange a gestão de sistemas de ensino e a gestão escolar.

A gestão educacional alterou a estrutura administrativa e pedagógica do ensino como um todo, pois a gestão dos sistemas de ensino e da escola está atrelada à nova organização do mundo trabalho. Os termos administração e gestão escolar advêm da necessidade de gerenciamento da escola, nesse caso, o que muda é a concepção adotada para cada um dos termos.

No primeiro modelo de administração, a organização administrativa e pedagógica da escola se apresentava de forma hierarquizada. Em contrapartida, a gestão se configura como uma administração mais ampla e dinâmica, a responsabilidade passa a ser compartilhada entre escola e família, além disso, requer a participação e o envolvimento de todos os atores envolvidos no processo de ensino.

Salienta-se que, na nova gestão, todos os professores são considerados gestores, no entanto, esses profissionais têm diferentes atribuições na organização do trabalho escolar, tanto no aspecto pedagógico quanto no administrativo.

Sem desconsiderar o trabalho dos outros profissionais (orientador, supervisor e vice-diretor), nesse referencial serão apresentadas as atribuições do diretor, coordenador pedagógico e professores. No entanto, salienta-se que a ênfase será dada ao trabalho do coordenador pedagógico por ser uma das categorias dessa investigação empírica.

Libâneo (2008, p. 218) apresenta as seguintes atribuições como sendo do diretor de escola:

Supervisionar e responder por todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola bem como as atividades com os pais e a comunidade e com outras instancias da sociedade civil; Organizar e coordenar as atividades de planejamento e do projeto pedagógico-curricular [...].

A escola, ao ter mais autonomia, ampliou as demandas administrativas desse gestor, pois as ações oriundas das instâncias superiores passaram a ser operacionalizadas na escola. Além disso, todos os setores estão subordinados a esse profissional. O trabalho do diretor é integrado entre as áreas administrativa e

pedagógica, superando a lógica da fragmentação, da cultura individualista no espaço escolar.

A interlocução entre a área administrativa e a pedagógica, cada vez mais se faz necessária para atender as constantes adequações que chegam às escolas por meio das determinações legais. Muitas dessas políticas públicas interferem diretamente na organização curricular, o que implica adequações no currículo para serem desenvolvidas. A esse respeito Libâneo (2008, p. 220) cita algumas atribuições do coordenador pedagógico:

Propor para a discussão, junto ao corpo docente, o projeto pedagógico curricular da unidade escolar. Orientar a organização curricular e o desenvolvimento do currículo. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do plano pedagógico-curricular e de planos de ensino e outras formas de avaliação institucional.

As iniciativas para organização, proposições referentes discussão sobre o currículo são de responsabilidade do coordenador pedagógico. Nesse sentido, a função desse gestor torna-se imprescindível na escola, uma vez que atua na organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico. As questões didático-pedagógicas da escola são pensadas e avaliadas por esse profissional num primeiro momento, para, posteriormente, serem apresentadas, discutidas e refletidas com os professores. Por fim, compete ao coordenador pedagógico, que atua na da escola, articular junto aos professores, formas de operacionalizar o currículo, além de dar suporte pedagógico aos professores.

O professor, por meio da sua prática de ensino, tem por objetivo promover a formação integral dos alunos, para que esses tenham acesso aos conhecimentos construídos histórico e socialmente elaborados, de modo que articulem esses saberes à realidade cotidiana do aluno.



### 3 METODOLOGIA

As pesquisas em educação e em outras áreas das Ciências Humanas, usualmente, adotam uma abordagem qualitativa. O pesquisador ao desenvolver uma investigação empírica utilizando o paradigma qualitativo tem por objetivo observar e analisar os fenômenos, se inserindo no campo de pesquisa.

Para Lüdke e André (2012, p. 11) “a pesquisa qualitativa tem ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu próprio instrumento”. Nesse sentido, nas investigações que privilegiem a abordagem qualitativa, o pesquisador estabelecerá uma relação dialética entre o campo e o objeto de pesquisa. Desta forma, optou-se pela abordagem qualitativa para desenvolver o presente estudo, pois a pesquisa partir deste paradigma envolve todo um processo de busca e construção do conhecimento que respondam ao problema de pesquisa. A investigação empírica passa pela definição do método, técnicas e procedimentos que devem estar adequados ao estudo proposto. Neste caso, na pesquisa optou pelo método de estudo de caso por ser este o mais apropriado para investigação da realidade de duas escolas.

Sobre o estudo de caso Yin (2010, p. 24) esclarece que: “como método de pesquisa o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, sociais, políticos e relacionados”. Nesse sentido, considera-se o estudo de caso como método que se aplica as diferentes áreas das ciências humanas, é flexível na operacionalização, na escolha dos sujeitos. Além disso, esse método exige que o pesquisador esteja bastante atento ao estudar o caso. Por fim, salienta-se que o estudo caso começa a partir da inserção do pesquisador no campo de estudo, para buscar informações junto aos sujeitos de pesquisa. Para estudo em questão, aos participantes da pesquisa. Para operacionalizar o método, definiu-se como técnica o estudo bibliográfico utilizado ao longo dessa pesquisa e a entrevista.

A respeito do estudo bibliográfico, os referenciais empregados para dar embasamento teórico ao estudo em questão, contemplaram as categorias<sup>4</sup> apresentadas no corpo desse trabalho.

Considera-se a entrevista como uma técnica que possibilita ao entrevistador buscar elementos mais concretos sobre as questões de pesquisa. A esse respeito Gil (1994, p. 113) define entrevista como “[...] forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra apresenta como fonte de informação”. Mais que a busca de informações através de entrevista, é possível observar a reação e compreensão dos sujeitos sobre o objeto de pesquisa.

Após a coleta dos dados e, seguindo o cronograma de atividades previstas para esta investigação, se empregou a análise de conteúdo como procedimento para compreensão das informações disponibilizadas pelas entrevistadas. Sobre este procedimento Gomes (2012, p. 83) se utiliza da definição de Bardin (1979):

[...] a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter por procedimentos sistemáticos e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência conforme Minayo e conhecimento relativos à produção e recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

A análise de conteúdo, neste estudo de caso, consistiu em analisar e interpretar o conteúdo da mensagem das gestoras sobre inclusão da temática afro-brasileira no currículo dos anos iniciais. Para tanto, realizou-se uma leitura atenta do material fornecido, de forma detalhada de cada questão, para que a pesquisadora pudesse interpretar os sentidos presentes nas respostas das participantes da pesquisa.

### **3.1 Contextualização das escolas**

As escolas em que as gestoras atuam localizam-se na zona norte do município de São Leopoldo. Durante a inserção nesses espaços, observou-se que,

---

<sup>4</sup> Para fins de esclarecimento, as categorias desse trabalho são a Lei nº 10.639/03, Currículo e atuação dos gestores.

mesmo estando situados numa mesma região geográfica, esses estabelecimentos de ensino apresentavam suas peculiaridades, especialmente, no que diz respeito à relação entre aluno e escola.

Ressalta-se que, nesta investigação, as escolas, assim como as gestoras entrevistadas, tiveram suas identidades preservadas. Sendo assim, foram utilizadas as letras “A” e “B” para identificar as escolas e, os nomes fictícios “Dália e Margarida” para identificar as gestoras.

A escola “A”, onde atua a gestora Dália, tem 22 anos de existência. É uma escola que oferece o ensino fundamental, atendendo em média 600 alunos<sup>5</sup>, distribuídos nos turnos manhã e tarde. A população em torno da escola encontra-se na faixa socioeconômica média e pobre, em um bairro com boa infraestrutura. Em conversa informal com alguns professores que atuam nessa instituição, observou-se que há vínculo entre família e escola, fator esse que contribui para o trabalho dos professores.

A escola “B”, onde atua a gestora Margarida, também é uma escola de ensino fundamental. A escola tem cinco anos de existência, atende o número de 1000 alunos aproximadamente, que estão distribuídos nos turnos manhã e tarde.

Os alunos atendida por nessa escola é bastante carente, a comunidade carece de infraestrutura. Somado a isso, se observou pouca participação da família na vida escolar dos alunos, os problemas sociais se refletem no espaço escolar.

### **3.2 Sujeitos participantes da pesquisa**

Com base nessas reflexões, buscou-se obter as informações que respondessem ao problema desta investigação. O estudo de campo contou com a participação de duas gestoras<sup>6</sup> da área pedagógica da rede municipal de ensino de São Leopoldo.

Ambas as profissionais trabalham na área há mais de 10 anos; têm formação em Pedagogia e pós-graduação. A opção por essas profissionais para a realização

---

<sup>5</sup> Informações retiradas do site da Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo.

<sup>6</sup> Na rede municipal de ensino de São Leopoldo os gestores da área pedagógica acumulam funções de coordenador e supervisor.

deste estudo se deve ao fato de buscar compreender a atuação das gestoras na prática e, para que a mesma pudesse relacionar prática e teoria, contemplando os objetivos apresentados no curso de Gestão Educacional. Outro fator que contribuiu para a escolha das gestoras da área pedagógica foi o fato de serem, estas profissionais que atuam diretamente na organização o currículo, já que o currículo foi uma das categorias contempladas no estudo.

Num primeiro momento, foi feito um contato com as gestoras para agendar a data e horário para a realização das entrevistas. Nesse contato prévio, explicou-se, brevemente, os objetivos da investigação. Para reforçar os esclarecimentos, foi entregue o resumo do projeto às gestoras. Num segundo momento, de acordo com as datas definidas pelas gestoras, retornou-se ao campo para realizar as entrevistas.

De antemão, esclarece-se que as entrevistas, com o devido consentimento das profissionais, foram gravadas para que não se perdesse importantes elementos proferidos, qualificando trabalho de investigação.

## 4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Cada vez mais os profissionais da educação vêm tendo suas responsabilidades ampliadas para gerir a escola e também para cumprir as determinações legais das políticas públicas educacionais, sejam elas pedagógicas ou financeiras.

Com base no objetivo geral apresentado neste estudo, as análises realizadas a partir das respostas das gestoras participantes da pesquisa buscou-se investigar junto a essas profissionais que movimentos concorrem para a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo.

Quando questionadas sobre as orientações e ações desenvolvidas pela equipe gestora para a implementação da Lei nº 10.639/03 na escola, as gestoras responderam da seguinte forma:

A gente, no início do ano, faz nas primeiras reuniões uma conversa com eles (professores) em função dessa legislação. Esse trabalho é desenvolvido mais com as regentes número dois (R2) em específico, “que trabalham a partir da Cor da cultura”. (Escola A - Gestora Dália)

Desde que nós assumimos na gestão da escola não, não houve nenhuma orientação específica. Acredito que essa orientação já deveria ter acontecido, para a gestão anterior já que a lei é anterior à nossa gestão. Escola B- Gestora Margarida

Na escola A espaço de atuação da gestora Dália, evidenciou-se que ocorrem movimentos para a implementação da Lei nº 10.639/03, embora sejam esporádicos. Na escola B, da gestora Margarida, não há movimentos no sentido de propor discussões junto ao corpo docente da escola sobre essa política pública educacional. A mesma justificou que ocorre uma ausência de orientação específica a serem repassadas à equipe diretiva por parte dos gestores do sistema de ensino municipal.

Além disso, a gestora Margarida reconhece que, nas reuniões administrativas e pedagógicas, “juntamente com as outras supervisoras é lembrada por alguns professores sobre a Lei nº 10.639/03”. No entanto, a gestora justificou que “há sobrecarga de trabalho administrativo”, o que evidencia que as demandas de

atividades administrativas são um obstáculo que a impede de discutir de forma ampla essa legislação nas reuniões e em diferentes espaços-tempos da escola.

Sobre este ponto, respeitam-se as colocações da gestora, porém salienta-se que a escola, assim como, os gestores têm autonomia para desenvolver as ações em seu contexto, especialmente no cumprimento de determinações legais, nesse caso, a Lei nº 10.639/03.

O currículo passa a ter centralidade no que concerne à implementação da referida Lei, pois este campo mobiliza os conhecimentos, norteando a prática pedagógica inerente ao processo de ensino-aprendizagem. Para Moreira (2011, p. 19), o “papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artifices queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula”.

Respeitadas as atribuições, a elaboração do currículo é responsabilidade de todos os atores envolvidos no processo educacional. No sentido de pensar alternativas que facilitem o processo ensino aprendizagem dos alunos, adequar os conteúdos visando atender aos interesses da clientela que frequenta os espaços da escola.

Sobre o currículo e a Lei em estudo, foi perguntado às gestoras como a temática proposta na Lei nº 10.639/03 é incluída no currículo. Obtiveram-se as seguintes respostas:

A questão da inclusão da lei no currículo da escola está dentro dos planos de ensino e acontece como eu te disse com as professoras regentes número dois (R2), fica mais fácil globalizar com educação artística, ensino religioso porque se tu fores ver a cultura afro traz tudo isso, então tu consegue trabalhar arte, religião, cidadania, história tudo ali dentro. Escola A- Gestora Dália.

Mas assim, uma lembrança com certa regularidade de que nós temos que contemplar a lei no currículo e desenvolver as ações que justifiquem o que está amparado na lei. Na verdade as ações acontecem, mas elas não estão anteriormente documentadas. Mas, talvez isso tenha sido uma limitação da escola com tantas demandas que a escola tem a gente ainda, não tenha contemplado essa questão. Escola B- Gestora Margarida.

As análises das respostas das gestoras Dália e Margarida evidenciaram que as atividades sobre cultura afro-brasileira desenvolvidas na escola ainda se limitam à época específica. No caso, trata-se da Semana da Consciência Negra. Nesse sentido, observou-se que em ambas as escolas, as ações são pensadas a partir do currículo em ação. Geraldi (1994, p. 117) faz a seguinte referência sobre currículo

em ação: “currículo operacional [...], ou currículo em ação, ou seja, aquilo que ocorre, de fato, nas situações típicas e contraditórias vividas pelas escolas, [...]”.

Embora, a gestora reconheça que história e a cultura afro-brasileira possibilita aos professores trabalhar de forma interdisciplinar, o conteúdo da mensagem dessa profissional demonstrou que as atividades ainda se orientam pelo que está expresso no artigo 26-A, II, da LDBEN, Lei nº 9.394/96:

2º - Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras.

Esse inciso demonstra que há uma centralidade dos conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira em disciplinas específicas do currículo, impedindo uma aproximação maior com outros componentes curriculares.

Depreende-se que a interlocução entre as outras áreas do conhecimento tendem a enriquecer e ampliar os conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira na escola. Para Gomes (2011, p. 87): “[...] a implementação de um trabalho com a questão racial na escola e no currículo extrapola ela mesma e nos leva a repensar o fazer pedagógico de maneira mais ampla e mais profunda”.

As palavras da autora evidenciam que é preciso reorganizar o currículo de forma adequar tempos e espaços para acolher a cultura dos diferentes grupos étnicos (negros e índios) na escola. O ensino de história e cultura afro-brasileira não se restringe ao resgate histórico dos negros africanos e seus descendentes por essas terras, ou seja, não basta reconhecer e valorizar, é preciso questionar como as culturas (negra e indígena) foram constituídas historicamente; sobretudo, como essas culturas são concebidas na escola da sociedade pós-moderna. Isso exigirá dos gestores reflexões, uma constante busca para compreender quais relações entre a escola e as diferentes culturas, quais as implicações estão por detrás de um currículo que contemple a cultura afro-brasileira e indígena. No contexto atual, não há como os gestores e professores ignorarem a presença da cultura negra e da indígena, entre outras, na comunidade escolar.

Ao serem questionadas sobre que recursos pedagógicos são utilizados para o desenvolvimento da temática no currículo escolar, ambas as gestoras responderam:

Materiais que foram recebidos alguns anos atrás logo que iniciou a implementação da lei, foi cor da cultura. A gente recebe do MEC caixa com livros de literatura infantil se vem algum material ali dentro que fala da cultura-afro as bibliotecárias já separam para facilitar o acesso. Gestora Dália

Os subsídios que a escola tem são materiais oferecidos pelo MEC que muitos professores ao longo do ano vêm buscam esse material é o kit chamado a Cor da Cultura está vinculado à lei. Gestora Margarida

Os materiais citados pelas gestoras Dália e Margarida para a abordagem no currículo, é o kit a Cor da Cultura que é <sup>7</sup>“um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira [...]”. Esse projeto tem por objetivo apresentar os valores civilizatórios afro-brasileiros, com base nos hábitos, costumes e valores dos ancestrais africanos, que foram passados de geração a geração e que, sutilmente, foram incorporados à chamada cultura nacional.

A gestora Dália relatou que na escola há uma organização na biblioteca a fim de facilitar o acesso dos professores a livros de literatura infantil específica sobre a cultura afro-brasileira. Uma estratégia pensada pela gestora em conjunto com os demais professores foi desenvolvimento do projeto de leitura-ação. O referido projeto possibilitou aos alunos conhecer a cultura afro-brasileira por meio da literatura e também interagir com autores que escrevem sobre a cultura afro-brasileira.

Sobre os recursos materiais, a gestora Margarida relatou que o kit a Cor da Cultura estava cedido para escola por tempo determinado. A mesma salientou que esse material não fica em definitivo devido à escola ser recente. Ressalta-se que o kit a Cor da Cultura estava disponível na sala das supervisoras. Além disso, a biblioteca conta com acervo limitado de livros de literatura infantil que contemple a cultura afro-brasileira. A gestora também relatou que, na medida do possível, contribui com algum material como livros específicos sobre a cultura afro-brasileira. A gestora Margarida salientou que a equipe diretiva tem autonomia para buscar materiais e desenvolver ações sobre este e outros temas relevantes para serem referendados no currículo.

---

<sup>7</sup> <http://www.acordacultura.org.br>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conceber a escola como um espaço de humanização e socialização do sujeito. Tais condições implicam que a escola se torne um lugar democrático de acolhimento das diferentes culturas étnicas.

As culturas de matriz indígena, africana e europeia devem ser acolhidas de forma equitativa, de modo a evitar o confronto de valores e modos de ser e viver entre os diferentes grupos étnico-raciais. Partindo-se desse enfoque, as análises desta investigação proporcionaram reflexões, mas também suscitaram outras inquietações sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

Como já referido neste estudo, a pesquisa não se encerra num primeiro momento, pois novas questões surgirão, levando o pesquisador à construção e à reconstrução do conhecimento, pois se considera que o ato de pesquisar é inerente na trajetória de trabalho de um professor.

Ao sistematizar as informações coletadas junto às gestoras (coordenação pedagógica) nesta investigação, constatou-se que o papel dos gestores na inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar caracterizou-se por posicionamentos distintos sobre o assunto. Na escola “A” ocorrem movimentos no sentido de propor discussão, organizar e disponibilizar aos professores materiais sobre cultura afro-brasileira; viabilizar que os alunos conhecessem e interagissem com autores que escrevem histórias de literatura infanto-juvenil nas quais os personagens são negros; de explorar o tema com os alunos por meio de projeto leitura-ação. Nesse sentido, as ações sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira ocorrem próximas às datas específicas, observando-se que não fazem parte do currículo oficial. Porém, evidenciou-se que há encaminhamentos para que a abordagem do tema se efetive no currículo oficial.

Na escola “B”, a mensagem da gestora evidenciou uma ausência de movimentos para a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial, embora as atividades sobre o tema aconteçam próximo ao Dia da Consciência Negra. A gestora justificou que a não abordagem do tema se deve ao fato da mantenedora não repassar orientações específicas sobre o assunto para equipe diretiva atual. Somaram-se a essa justificativa o não preparo da maioria dos

professores para trabalhar esse assunto, a resistência de alguns professores quanto à abordagem do tema, sobrecarga de trabalho da gestora à frente da supervisão da escola impedindo que a mesma possa discutir, com o grupo de professores, a Lei nº 10.639/03.

Acerca das atividades que são desenvolvidas em cada escola observaram-se também pontos em comuns, pois em ambos os espaços as ações acontecem de forma isolada com a proximidade do Dia Nacional da Consciência Negra. Entende-se que as atividades, quando pensadas e desenvolvidas de forma isolada e descontextualizada, não propiciam, aos alunos e professores, condições para uma reflexão que provoque mudanças na postura tanto de quem ensina quanto daqueles que aprendem. Pois, o ato de refletir vem com a continuidade de um trabalho.

Após 10 anos de implementação da Lei nº 10.639/03, os movimentos dos gestores para efetivação da Lei no currículo continuam lentos. Dessa forma, constatou-se que as ações sobre a temática afro-brasileira ocorrem no currículo em ação, ou seja, as atividades são pensadas à parte do currículo formal.

Para contribuir com as gestoras para a inclusão da Lei nº 10.639/03, apresentam-se algumas sugestões que já foram citadas no corpo deste trabalho: mudança de postura no 'olhar' para a cultura afro-brasileira e indígena; incluir essa temática nas reuniões pedagógicas para discussões e reflexões sobre o assunto; organização de pequenos grupos de estudos, pois se entende que a coletividade favorece a troca de ideias e experiências. Sugere-se também, aos gestores: repensar o currículo de modo a contemplar a cultura de matriz africana, indígena e europeia, de forma equitativa; buscar experiências positivas mais enraizadas em outras escolas; abordar de forma positiva, a história e cultura afro-brasileira, procurando relacionar o passado e o presente, desconstruindo, assim, as imagens negativas sobre a representação do negro, da sua história e cultura que permanecem muito arraigadas ao passado. Para os professores que atuam em sala aula, um trabalho interdisciplinar sobre a história e cultura afro-brasileira ampliaria o conhecimento, já que essa temática oferece inúmeras possibilidades para serem exploradas.

Reforça-se a ideia de que não basta apenas incluir a temática afro-brasileira no currículo, é necessário que gestores façam as interpretações aprofundadas da Lei e de outros textos legais que complementam essa legislação, a fim de que esses se mobilizem para o cumprimento da Lei nº 10.639/03.

Cabe ressaltar que a inclusão dessa Lei referente a história e cultura afro-brasileira no currículo, requer também investimentos dos sistemas de ensino municipal, na formação de professores, infraestrutura das escolas, disponibilidade de recursos didáticos e materiais adequados, de modo a auxiliar os professores no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a mudança no *olhar* sobre diferentes culturas étnico-raciais ocorrerá se os gestores se questionarem sobre: Quais identidades culturais dos sujeitos que estão presentes na escola? Como cada sujeito pertencente a uma cultura concebe o conhecimento? Quais relações se estabelecem entre os sujeitos das diferentes culturas (indígena, afro-brasileira, e europeia) e a escola? A reflexão possibilitará aos gestores encontrar respostas para essas problematizações, o que contribuirá para mudança de postura por parte dos gestores em relação à cultura afro-brasileira e indígena, pois para alguns profissionais essas as culturas, assim como seus descendentes ainda são 'invisíveis', evidenciando uma reação de indiferença por parte dos profissionais em relação aos conteúdos sobre o tema no currículo e na sala de aula. Pois, um dos propósitos da Lei nº 10.639/03 é o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. Promulgada em 05 de outubro de 1989 Disponível em: <[http://www.mp.ba.gov.br/institucional/legislacao/constituicao\\_bahia.pdf](http://www.mp.ba.gov.br/institucional/legislacao/constituicao_bahia.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2013.

BRASIL. **A cor da cultura**. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/>>. Acesso em: 19 fev, 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 01 jan. 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 01 jan. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 01 jan. 2013.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 001/2004**. Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Disponível em: <<http://www.prograd.ufba.br/Arquivos/CPC/res012004.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 259, de 11 de março de 1999**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual/ Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GERALDI, Corinta M. G. **Currículo em ação**: buscando a compreensão do cotidiano da escola básica. Pro-posições, v.5, n. 3, nov. 1994. Disponível em: <[http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/15\\_artigo\\_geraldicmg](http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/15_artigo_geraldicmg)>. Acesso em: 15 jan. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Nilma L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira**: desafios, políticas e práticas. (2011) Disponível em: <[www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf](http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf)>. Acesso em: 25 abril 2012.

GOMES, Nilma L. Programa Ações Afirmativas na UFMG-Brasil: uma estratégia de resistência negra na diáspora africana. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 16-18 set., 2004. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/NilmaGomes.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/NilmaGomes.pdf)>. Acesso em: 25 abril 2012.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In. Minayo, Maria Cecília de S. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. ed. revista ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Ação integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. 25. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Série Cadernos de Gestão

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.

MINAYO, Maria S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Antonio F. B. Sobre a qualidade na educação básica. In. **Currículo**: Conhecimento e Cultura. TV Escola. Secretaria da Educação a Distância. Ministério da Educação, 2009.

MOREIRA, Antonio F., SILVA TADEU. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antonio F.; CANDAU, Vera M.; Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/jun/jul/ago, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A Lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica**. Disponível em: <<http://www.diaa.diaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## **ANEXOS**

## Anexo A - Termo de Confidencialidade

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: um estudo de caso acerca da atuação dos gestores na organização do currículo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamenta

Pesquisador responsável: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Ortiz de Leão

Autora: Cátia Regina da Silva Ferreira

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Educação

Telefone para contato: (55) 81275033

Locais da coleta de dados:

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados por meio entrevista semiestruturada com gestores das escolas municipais de São Leopoldo. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da pesquisa. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em arquivo físico e de mídia por um período de cinco anos, na sala (3182), que fica localizada no térreo do Centro de Educação (prédio16) da Universidade Federal de Santa Maria, sob a responsabilidade da Professora Doutora Débora Ortiz de Leão.

Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em ...../...../....., com o número do CAAE .....

Santa Maria,.....de .....de 20.....

.....  
Débora Ortiz de Leão

.....  
Cátia Regina da Silva Ferreira



## Anexo B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Título da pesquisa: Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: um estudo de caso acerca da atuação dos gestores na organização do currículo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Pesquisador responsável: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Ortiz de Leão

Aluna participante: Cátia Regina da Silva Ferreira

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Telefone para contato: (55) (81275033)

Locais para coleta de dados:

A presente pesquisa: Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: um estudo de caso acerca da atuação dos gestores na organização do currículo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem por objetivo investigar o papel dos gestores (coordenadores) na organização curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no que concerne a Lei nº 10639/03.

Para efetivar-se, será necessária a observação do planejamento de cada sujeito e da realização de uma entrevista semiestruturada. O referido Projeto de Pesquisa é de responsabilidade da aluna do curso de Especialização em Gestão Educacional, Cátia Regina da Silva Ferreira e está sob a orientação da prof.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Débora Ortiz de Leão. Qualquer dúvida que porventura venha surgir pode ser esclarecida com a acadêmica pesquisadora, via e-mail (catia.pedagogia@yahoo.com.br) ou pelo telefone 55-3307-3354, ou com a professora responsável, via e-mail (dboleao@gmail.com.br) ou pelo telefone (55) 99990271.

As entrevistas deste Projeto de Pesquisa não implicam, em forma alguma, de comprometimento do entrevistado; sua identidade será preservada quando da publicação e divulgação dos dados investigados. É-lhe, portanto, garantida a privacidade das informações registradas entrevistas serão realizadas conforme disponibilidade de tempo dos sujeitos. Esclarece-se que não há intenção de causar algum dano moral e físico, mas a entrevista poderá causar algum constrangimento, desconforto aos sujeitos (risco, podendo este abandonar a pesquisa se entende ser

pertinente). A participação dos sujeitos pesquisados pode de certa forma trazer benefícios, como a inclusão de novos elementos contribuindo para a pesquisa.

É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar da pesquisa. Informações sobre as conclusões finais poderão ser obtidas com a pesquisadora. Para o participante da pesquisa não haverá custo algum, bem como, qualquer tipo de compensação financeira relacionada a sua participação.

Pelo presente termo, Vossa Senhoria declara que este lhe foi lido e dado para ler, que foi informada de forma clara e detalhada dos objetivos e da justificativa do presente Projeto de Pesquisa.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Santa Maria,.....de .....de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) colaborador (a)

\_\_\_\_\_  
nº. de identidade

Declaramos abaixo assinado, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação no estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Autora

Anexo C – Instrumento de Pesquisa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Prezado (a) professor (a),

Venho por meio deste, solicitar a sua contribuição para o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) de Pós-Graduação em Gestão Educacional da UFSM. O referido trabalho intitulado Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: um estudo de caso acerca da atuação dos gestores na organização do currículo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que está sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora de Leão. Para tanto, responda as seguintes questões.

Agradeço a sua colaboração.

Nome:

Função:

Tempo de profissão:

Formação:

1. Quais as orientações e ações desenvolvidas pela equipe gestora para implementação da Lei 10.639/03 na escola?
2. Como a temática proposta na Lei nº 10.639/03 é incluída no currículo da escola?
3. Que recursos pedagógicos são utilizados para o desenvolvimento da temática no currículo escolar?